

SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO POLO MOVELEIRO DE GRAVATÁ (PE): A PERCEPÇÃO DE SUJEITOS CENTRAIS

1 INTRODUÇÃO

O turismo tem se destacado como uma das principais fontes de renda para muitos países em desenvolvimento, contribuindo significativamente para a criação de empregos e o aumento da entrada de capital estrangeiro em suas economias (ONU, 2023). Essa atividade, ao longo do último século, transformou-se em uma das indústrias de maior potencial de crescimento global, levando ao aumento do fluxo de visitas por todo o planeta, o que gera impactos positivos e negativos às comunidades receptoras.

Observa-se que os estudos fundamentados no viés econômico tendem a evidenciar os impactos positivos, como a possibilidade de geração e distribuição de renda, empregos e divisas. De fato, em 2002, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) estimou que o turismo gerava cerca de 2,3% das ocupações no Brasil, número que subia a 3,3% ao se considerarem os efeitos indiretos. Porém, o setor representa apenas 0,47% do total mundial de divisas e 0,35% do de gastos globais, indicando que no Brasil ele é menos significativo ante o cenário global, com predominância da prática interna no território (Rabahy, 2019).

Por outro lado, quando se abordam questões sociais e ecológicas, evidenciam-se também impactos negativos (Dall'agnol, 2012). Por exemplo, à medida que o turismo pode viabilizar a proteção e a conservação de áreas naturais, pode, também, desgastar seus recursos e alterar paisagens. No quesito social, ele pode proporcionar a valorização de aspectos culturais e históricos na localidade receptora, assim como pode provocar a aculturação, a prostituição e a degradação social (Dall'agnol, 2012; Ferreira, 2009; Körössy, 2008).

Durante muito tempo, o turismo foi reconhecido apenas como uma atividade econômica que se agregava ao Produto Interno Bruto (PIB) (Körössy, 2008). Entretanto, diante do contexto apresentado, cada vez mais, vem sendo destacada a importância da sustentabilidade aplicada à atividade, e a necessidade de se vislumbrarem os aspectos sociais e ecológicos, além dos econômicos. À vista disso, este trabalho teve como objetivo identificar os impactos do turismo realizado no Polo Moveleiro de Gravatá (PMG), em Pernambuco, envolvendo as dimensões ecológica, econômica e social da sustentabilidade, à luz da percepção de sujeitos centrais.

2 SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

A preocupação com os impactos ambientais causados pelo homem ganhou maior notoriedade após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo, na Suécia, em 1972. No entanto, apenas no início da década de 1980, o conceito de sustentabilidade foi propriamente apresentado, por Lester Brown, analista ambiental e fundador do instituto *Worldwatch*. Ele definiu sustentabilidade como a capacidade do homem de satisfazer suas necessidades sem comprometer a possibilidade de sobrevivência das gerações futuras (Almeida & Abranja, 2009).

Anos depois, em 1987, foi divulgado o *Relatório de Brundtland*, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), das Nações Unidas, intitulado “Nosso futuro comum”. Logo, o termo “desenvolvimento sustentável” e sua definição passaram a ser amplamente difundidos (Ipiranga, Godoy, & Brunstein, 2011). A saber, a CMMAD (1991, p. 46) aborda o conceito de desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

O conceito de turismo sustentável deriva do de desenvolvimento sustentável, propriamente dito. Segundo Körössy (2008), o turismo sustentável foi definido pela OMT como

“aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo que protege e amplia as oportunidades para o futuro”.

Claro, Claro e Amâncio (2008) salientam que, na maioria dos estudos sobre a sustentabilidade no turismo, ela se refere a três dimensões — social, ecológica e econômica, também chamadas de *triple bottom line*. Contudo, é importante ressaltar a existência de outras dimensões, como a cultural, a política, a administrativa e a governamental (Butler, 1999). Ferraz (2003) elucida que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado por meio de novas tecnologias, adequadas às condições dos locais, à agregação de bens e serviços de maior durabilidade e de forma equitativa, e, sobretudo, por mudança na forma de uso dos recursos naturais.

A dimensão ecológica diz respeito ao uso racional dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, à redução dos níveis de poluição — fato essencial à proteção da saúde humana —, à redução da geração de resíduos e de contaminações químicas e à busca por tecnologias menos agressivas ao ambiente natural, além de se preocupar com a divisão espacial do solo, objetivando proteger florestas e habitats. De modo geral, esta dimensão engloba todos os fatores naturais e prioriza o desenvolvimento procurando reduzir os impactos negativos sobre eles (Claro, Claro, & Amâncio, 2008; Froehlich, 2014).

Ainda sobre tal dimensão, Ferreira (2009) elenca alguns impactos negativos: poluição da água e do ar, poluição sonora, degradação de paisagens naturais, locais históricos e monumentos; e alguns impactos positivos: criação de programas de preservação ambiental, valorização do contato com a natureza e aumento da sensibilidade em relação aos problemas ambientais. Falcão e Gómez (2012) citam a educação ambiental como mola propulsora ao alcance da sustentabilidade ecológica, devido à relação entre ser humano e natureza; também é citada como critério para atingir esse objetivo a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais, que deve ser respeitada.

A dimensão social está ligada à busca por melhoria da qualidade de vida, proteção da diversidade cultural, combate à exclusão social, garantia dos direitos humanos, valorização dos saberes populares, distribuição de renda de forma mais equitativa e geração de empregos. Pode-se dizer que nesta dimensão o intuito deve ser o desenvolvimento acompanhado de melhorias para a sociedade (Froehlich, 2014).

No que tange à dimensão social, a preocupação deve recair na disponibilidade e/ou melhoria dos serviços de educação, saúde, segurança, transporte, por exemplo, para a população receptora; além disso, é preciso realizar a manutenção de semelhantes melhorias, garantindo maior equidade social. Tais questões devem ser levadas em consideração no planejamento estratégico e nas ações públicas dirigidas a uma localidade, especialmente no tocante ao turismo como ferramenta para alcançar o desenvolvimento (Falcão & Gómez, 2012).

Por sua vez, a dimensão econômica deve ser analisada por uma ótica macroeconômica, ou seja, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões. Ela está vinculada à produção de bens e serviços e à justa distribuição de riqueza — fator que compartilha com a dimensão social —, à distribuição e ao gerenciamento mais eficiente dos recursos, e ao fluxo constante de investimento público e privado (Almeida & Abranja, 2009; Froehlich, 2014).

Essa dimensão deve levar em conta o potencial do destino turístico para geração de emprego, assim como a capacidade de expansão da renda. Apesar dos inúmeros impactos positivos, destacam-se também alguns negativos, como a dependência excessiva que certas localidades têm em relação ao turismo; a sazonalidade da procura turística, caracterizada pela concentração das visitas em certas épocas do ano e, conseqüentemente, a escassez de procura em outras; e, ainda, a necessidade de altos investimentos, sobremaneira infraestruturais (Falcão & Gómez, 2012; Ferreira, 2009).

Percebe-se, mais uma vez, a premência da substituição do paradigma do crescimento orientado à geração de riqueza pelo paradigma orientado ao desenvolvimento sustentável, que leva em conta diversos aspectos e dimensões, buscando melhorias para todos. Ainda, de acordo com Almeida e Abranja (2009), para alcançar o desenvolvimento sustentável, as dimensões da sustentabilidade precisam ser tratadas de forma sistêmica, ou seja, elas são interligadas e precisam conversar entre si, além da gestão com clara visão de futuro. Destarte, com as investigações dentro dessas dimensões, faz-se possível uma minimização de impactos negativos e maximização de positivos, assim promovendo um turismo mais consciente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que subsidiou a produção deste trabalho foi norteada por uma abordagem qualitativa, empírica e descritiva, visando identificar os impactos da atividade turística realizada no PMG, em Pernambuco, sobre as dimensões ecológica, social e econômica da sustentabilidade, à luz da percepção de grupos de sujeitos centrais, quais sejam: visitantes (G1), empresários locais (G2) e gestores do turismo municipal (G3).

Foram adotados três tipos de procedimentos para coleta de evidências, de modo a assegurar a triangulação das fontes: (i) levantamento bibliográfico — que incluiu artigos científicos, livros, monografias, dissertações, teses e relatórios oficiais relacionados aos temas tratados; (ii) observações diretas; e (iii) entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, em agosto de 2023, com os três grupos de sujeitos — G1, G2 e G3 —, compostos por dez, seis e dois representantes, respectivamente, totalizando dezoito entrevistados. Para tanto, foram elaborados roteiros de entrevistas distintos, fundamentados, sobretudo, no levantamento bibliográfico sobre “sustentabilidade no turismo”.

As entrevistas foram gravadas em áudio — com o prévio conhecimento e autorização dos participantes —, e posteriormente transcritas. A coleta de evidências foi concluída quando se alcançou a saturação de respostas aos questionamentos.

Os dados e informações foram ordenados, examinados e interpretados por meio da técnica de análise qualitativa básica, descrita por Merriam e Tisdell (2015), que buscou identificar padrões e temas recorrentes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em se tratando da sustentabilidade, investigou-se, por meio das percepções dos sujeitos centrais, os impactos do turismo existente no PMG sobre as dimensões ecológica, econômica e social. Segundo Claro, Claro e Amâncio (2008), tais dimensões conjuntas são conhecidas como *triple bottom line* e compõem grande parte dos estudos que abordam a temática.

Os impactos ecológicos estão ligados ao uso dos recursos naturais (Claro, Claro, & Amâncio, 2008; Froehlich, 2014). Nesta linha, indagou-se o G2 quanto à existência de locais adequados ao descarte de resíduos gerados, sabendo-se que tal questão também reflete a eficiência e a eficácia da limpeza urbana providenciada pela gestão pública. E os sujeitos responderam que a única forma de descarte é a coleta de lixo, mas que não é seletiva. Descobriu-se, então, que a produção de móveis e artesanatos das lojas já não acontece na rua Duarte Coelho — via central do PMG —, e sim em outros locais; e que há lojas que não possuem mais fabricação própria.

A partir da geração de resíduos, foi questionado aos participantes do G2 se eles utilizam matéria-prima reciclada ou reutilizam sobras de madeiras na produção de seus móveis e artesanatos. Dois deles disseram reaproveitar “retraços” de madeira para outras peças, e três disseram ofertar os móveis de demolição como uma opção mais ecologicamente consciente para seus clientes.

Em consonância com isso, levando em conta a responsabilidade socioambiental dos visitantes, foi questionado aos sujeitos do G1 se eles procuram saber a procedência dos produtos antes de comprá-los. Apenas dois sujeitos disseram buscar esse tipo de informação; os outros disseram que não se importam tanto com a questão da sustentabilidade dos produtos que consomem.

Para averiguar os achados obtidos do G1, foi questionado ao G2 se os visitantes compradores perguntam sobre a procedência dos produtos e se os produtos são fabricados de maneira correta, no sentido ecológico. Alguns disseram que os visitantes perguntam sobre a procedência dos itens, porém visando entender como se deu o processo de fabricação e de onde vieram as matérias-primas, e não por preocupação ecológica. Ou seja, constatou-se que, para boa parte dos visitantes, a sustentabilidade dos produtos não é algo de relevância significativa, que impacta suas decisões de compra.

Ainda, em relação ao uso consciente dos recursos e à disponibilidade destes aos empreendimentos, indagou-se aos empresários sobre a distribuição de água na rua e se ela era favorável às atividades desempenhadas. Todavia, como constatado anteriormente, as lojas pertencentes aos entrevistados são somente pontos de vendas, nos quais não ocorre de fato a produção de bens; ademais, três dos sujeitos alegaram possuírem reservatórios de água e, portanto, não enfrentarem problema quanto à falta dela.

Em se tratando dos impactos econômicos, alguns pontos foram analisados. Em primeiro lugar, verificou-se que os negócios situados na rua Duarte Coelho são, hoje, completamente dependentes do turismo — ora, neste caso, dos turistas e dos moradores de segunda residência de Gravatá —, pois, conforme os empresários explicaram, os compradores são quase sempre “pessoas de fora”.

Diante disso, foi investigada a sazonalidade do turismo no PMG, indagando-se, aos sujeitos do G2, em quais épocas do ano ocorrem maior fluxo de visitantes ao local. As respostas convergiram: o afluxo se intensifica bastante no inverno e na época das festividades da Semana Santa e do São João — são os picos de visitação.

Todos eles concordaram, ainda, que nesses momentos as vendas aumentam de modo considerável. Dentre as possíveis explicações para tanto, destaca-se o fato de Gravatá ser conhecida por seu clima ameno, que se acentua sobremaneira ao longo do inverno, além, é claro, das festividades da Semana Santa e do São João, que atribuem notoriedade regional ao município.

No contexto geral, não foram percebidos tantos impactos na dimensão econômica, visto que o turismo praticado no Polo não é massificado e ocorrem visitas mais casuais, durante os fins de semana. Esse afluxo só cresce em algumas épocas do ano e, mesmo com os eventos do projeto “Tardes no Polo”, que têm aumentado as taxas de visitação mensais, as vendas dos empreendimentos dos empresários entrevistados não aumentaram na mesma proporção.

Por fim, quanto aos impactos gerados na dimensão social, buscou-se investigar a segurança pública no atrativo, questionando-se aos empresários se eles consideravam o PMG um local seguro. Dentre os respondentes, três o classificaram como seguro; um disse que não ocorrem situações suficientes para o considerar como inseguro, apesar de não haver tanto policiamento; outros dois sujeitos disseram que a segurança deixa a desejar; logo, cinco sujeitos concordaram que a segurança é um ponto que precisa de mais atenção.

De acordo com as respostas, percebe-se que, a despeito de o PMG não ser um local perigoso, houve algumas ocorrências que inspiraram certa insegurança entre os comerciantes, e suscitaram demandas por rondas policiais mais constantes na rua, principalmente nos fins de semana, para aumentar a sensação de segurança aos lojistas.

Aos gestores do turismo, também se questionou como funciona a segurança do Polo, em especial nos períodos de maior afluxo de visitas. De acordo com eles, por se tratar de um

logradouro público, a responsabilidade é da Polícia Militar de Pernambuco, podendo haver o estabelecimento de parcerias a fim de reforçar o policiamento.

Ainda em torno à dimensão social, buscou-se investigar os impactos causados pelo turismo no PMG, sobretudo no que se refere à exclusão social, à luz do que foi apontado por Dall'agnol (2012), Ferreira (2009) e Körössy (2008). Assim, questionou-se aos empresários se, na visão deles, a referida atração também recebe moradores locais. A maioria confirmou que são poucos os que visitam e ainda menos os que compram. Afirmaram, contudo, que, em função dos eventos decorrentes das “Tardes no Polo”, houve um acréscimo de visitas pelos moradores locais, apesar de eles não serem a clientela que consome os produtos.

Face ao exposto, o G2 foi indagado quanto a possíveis razões para essa resistência por parte dos autóctones. Dentre as explicações apresentadas pelos sujeitos, pode-se destacar que, porventura, (i) os moradores de Gravatá não achem o PMG um lugar atrativo, (ii) os artesanatos e móveis produzidos não sejam de interesse para consumo dos autóctones, e (iii) tenha se criado uma ideia de que no Polo só se vendem coisas caras, “para turistas”, de modo que os “locais” não têm interesse em o visitar.

Diante disso, optou-se por indagar, também, aos gestores do turismo, qual a visão deles acerca do fato de existir tal relutância dos moradores locais em visitar o PMG. As respostas de ambos seguiram a mesma linha de raciocínio, indicando a intenção de mudar essa situação e atrair moradores locais de volta ao PMG, gerando um sentimento de pertencimento, sobretudo através da realização de eventos como o “Tardes no Polo”.

Pode-se concluir, então, que há uma “exclusão social” no atrativo, resultando no afastamento da população local. Devido às visitas frequentes de “pessoas de fora”, houve a valorização da rua e de seus empreendimentos, conseqüentemente, as lojas passaram por mudanças e foram adaptando-se para atender ao perfil dos clientes que lá frequentavam. Como visto, a partir da análise do perfil dos visitantes e da observação direta realizadas pelos pesquisadores, muitos frequentadores do PMG detêm maior poder aquisitivo, em comparação com a população local comum.

Reparou-se, também, que as lojas visitadas durante as entrevistas vendem alguns produtos mais onerosos, inclusive com alguns dos visitantes do G1 mencionando os preços elevados, apesar de relatarem valer a pena, dado os produtos serem de alta qualidade. De qualquer forma, isso corrobora para que tenha se criado no imaginário dos moradores locais a ideia de que o Polo é “apenas para turistas” e que os preços são inviáveis para se pagar, a despeito de também ter sido constatado que existem ofertas em preços mais acessíveis.

O projeto “Tardes no Polo” tem como um de seus objetivos fazer a população enxergar o atrativo não apenas como um local aonde só vão turistas, mas que todos podem frequentar. Portanto, tal política pública está em conformidade com o apontado por Gastal e Moesch (2007), no tocante à democratização do bem público, uma vez que se busca torná-lo acessível a todos. Essa é uma forma de não só reduzir a exclusão social, como também tentar diminuir a dependência que os lojistas têm dos visitantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PMG surgiu de forma “despretensiosa” e seu vínculo com o turismo começou quando a rua Duarte Coelho começou a ganhar destaque pela produção de móveis rústicos e semirrústicos, e mais recentemente de artesanatos. Com o tempo, o local se tornou “atraente” e passou a chamar a atenção de turistas e residentes de segunda residência do município de Gravatá.

Os impactos do turismo no PMG sobre a sustentabilidade ecológica não foram muito significativos, pois o turismo no local não ocorre em “massa”. No entanto, observou-se que a responsabilidade socioambiental dos visitantes é limitada, com pouco interesse nos processos

de fabricação dos produtos vendidos, como móveis e itens artesanais. Além disso, a pesquisa revelou que esses produtos não são mais fabricados na rua Duarte Coelho, sendo apenas comercializados ali.

Na dimensão econômica, observou-se que muitos negócios no PMG dependem fortemente dos visitantes de fora do município para sua sobrevivência. As vendas aumentam durante o inverno, quando o fluxo de turistas cresce, devido às festividades em temperaturas mais amenas. Assim, a sazonalidade do turismo no Polo segue o padrão do turismo municipal, que também é mais concentrado em eventos específicos.

Por fim, na dimensão social, identificou-se uma “exclusão social” no PMG, dado que a valorização da rua e dos negócios dirigidos aos visitantes externos tem gradualmente afastado o morador local, que vê o atrativo como exclusivo para turistas. Logo, o projeto “Tardes no Polo” parece ser uma boa tentativa da gestão pública de reintegrar os moradores ao local, incentivando sua participação e reduzindo a dependência do Polo em relação aos visitantes externos.

REFERÊNCIAS

- Almeida, I. D., & Abranja, N. A. (2009). Turismo e Sustentabilidade. *Cogitur: Journal of Tourism Studies*, 2(2), 15-31.
- Butler, R. W. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1(1), 7-25.
- Claro, P. B., Claro, D. P., & Amâncio, R. (2008). Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração-RAUSP*, 43(4), 289-300.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Dall’Agnol, S. (2012). Impactos do turismo x comunidade local. *SEMINTUR-Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa*, 16.
- Falcão, M. C., & Gómez, C. P. (2012). Análise da sustentabilidade de destinos turísticos: uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. *Turismo-Visão e Ação*, 14(3), 304-321.
- Ferraz, J. M. G. (2003). As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: Marques, J. F., Skorupa, L. A., & Ferraz, J. M. G. (Ed.). *Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 17-35.
- Ferreira, L. (2009). Impactos do turismo nos destinos turísticos. *Percursos & Ideias*, 2(1), 105-116.
- Froehlich, C. (2014). Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. *Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle*, 3(2), 151-168.
- Gastal, S., & Moesch, M. (2007). Turismo, políticas públicas e cidadania. São Paulo: Aleph.
- Ipiranga, A. S. R., Godoy, A. S., & Brunstein, J. (2011). Introdução. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 13-20.
- Körössy, N. (2008). Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2).
- Merriam, S. B., & Tisdell, E. J. (2015). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. John Wiley & Sons.
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2023). *Nações Unidas marcam dia Global da Resiliência do Turismo*. ONU. Recuperado de: <https://news.un.org/pt/story/2023/02/1810007>.
- Rabahy, W. A. (2020). Análise e perspectivas do turismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14, 1-13.